



REUNIÃO COM O GOVERNO - 26 DE FEVEREIRO -

A Frente Sindical, coordenada pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos (STE), reuniu hoje com o Governo, representado pela Sr.^a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, tendo como ponto único da ordem de trabalhos, no âmbito do protocolo negocial para 2018, algumas carreiras não revistas da Administração Pública.

O Governo identificou como carreiras prioritárias a rever:

- Carreiras da área de fiscalização (fiscal de obras, municipal, de leituras e cobranças e de serviços);
- Carreiras de informática;
- Carreiras de inspeção – a este propósito lembramos a necessidade de enquadrar os técnicos superiores a exercer funções de inspeção sanitária na DGAV;
- Carreira de investigação científica.

Sobre a discussão das matérias relevantes a ter em conta na revisão das carreiras ainda não revistas, o STE referiu como regras comuns a ter em conta:

- i. O cumprimento da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- ii. A estrutura remuneratória de cada carreira, que deverá ter, no máximo, 8 posições remuneratórias, incluindo a carreira geral de técnico superior;
- iii. Aplicação de regras comuns a todas as carreiras, em matéria de alteração de posicionamento remuneratório;

**SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO
E ENTIDADES COM FINS PÚBLICOS**

Rua Braamcamp, 88 - 2.º Dto. 1269 - 111 Lisboa
Tel. 21 386 00 55 / Fax 21 386 07 85

www.ste.pt ste@ste.pt



O Governo informou que cerca de 40 mil trabalhadores de 125 organismos da Administração Pública viram processada a 1.ª fase dos acréscimos remuneratórios.

A este propósito, o STE referiu que é muito díspar o tratamento das diferentes situações de alteração de posicionamento remuneratório, dando como exemplo os trabalhadores em posições remuneratórias 'virtuais' cujo acréscimo remuneratório, com a utilização de 10 pontos em sede de SIADAP, corresponde a €34,33, quando comparado com valorizações remuneratórias seis vezes superiores e o mesmo número de pontos do SIADAP. Esta disparidade demonstra bem o quão injusto e iníquo é o atual sistema de avaliação de desempenho.

A Direcção.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2018.